



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP
14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 0011851-95.2018.8.26.0037
Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços
Requerente: Levino Alves
Requerido: Jonathan Silva Oliveira

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança, alegando que prestou serviços ao réu, numa construção, e ele deixou de pagar a última prestação, representada pelo cheque de R\$3.888,81, devolvido por prescrito. Requereu a procedência para obter condenação ao pagamento.

O relatório é dispensado (art. 38, caput da Lei nº 9.099/95).

A resistência do réu ao pagamento se fundamenta na existência de defeitos na construção. Afirmou que outra pessoa (Rodrigo Alonso Lopes) ficou responsável pela administração da obra e que o autor não cumpriu corretamente o contrato.

O cheque é visto às págs. 3/4.

Um contrato entre as partes foi firmado, para a construção, definindo vários detalhes da mesma, e o cheque não está referido no instrumento (págs. 12/16).

O mesmo contrato se reporta à responsabilidade do construtor no caso de inobservância das normas adequadas, devendo arcar com os custos da reforma (cláusula 5ª, parágrafo único).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP
14801-425

Não foi apresentado nenhum laudo técnico acerca dos indigitados problemas na construção.

As fotos (págs. 29/30) que acompanham a contestação não são suficientes para comprovar os problemas referidos, e ademais nem se sabe qual data foram efetuadas.

Por fim, o depoimento colhido em audiência foi da esposa do réu, que ratificou a sua versão, mas se trata de pessoa impedida de depor ante a proximidade familiar, e o seu interesse no resultado da demanda é evidente. Mesmo assim, não fornece parâmetros técnicos adequados sobre a obra.

É indiscutível a responsabilidade do réu, que se obrigou pelo título ao emitir e colocar em circulação.

A escusa da contestação, como já dito, não lhe socorre, mas não está excluída a possibilidade de ele ajuizar a competente ação de reparação de danos da construção, em relação ao ora autor e eventualmente em relação àquela pessoa que administrava a obra.

Já se adianta que referida demanda não deve ser processada pelo juizado, já que é provável a necessidade de perícia técnica.

Mas a obrigação de pagar quantia certa não tem como ser excluída. Colocando o cheque em circulação, o emitente está obrigado ao pagamento àquele que se apresenta de posse do mesmo, pois a compensação do cheque não foi atrelada ao término da obra, de acordo com o que consta do instrumento contratual, como já apontado linhas atrás.

O valor deve ser acrescido de correção monetária desde a emissão e de juros de mora a partir da primeira apresentação à instituição financeira. Neste sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça em recurso representativo de controvérsia (RESP nº 1.556.834/SP; rel. Min. Luis Felipe Salomão; j. 22.06.2016). Não há hipótese para decisão em sentido diverso, em cumprimento ao art. 927, III do Código de Processo Civil ("Os juízes e os tribunais observarão"). A decisão paradigma se baseou em situação fática semelhante àquela analisada nestes autos, estando devidamente cumprido o disposto no art. 489, §1º, V do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP
14801-425

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE** a pretensão para condenar o réu ao pagamento de R\$3.888,81, com correção monetária de acordo com a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo desde a emissão do cheque e juros de mora de 1% ao mês desde a apresentação à instituição sacada. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesp (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesp (o que for maior).

Por força do art. 52, III, da Lei nº 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação, conforme art. 523 do Código de Processo Civil; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do Código de Processo Civil).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandado de levantamento, e arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 07 de dezembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006